

MOVIMENTOS DE OCUPAÇÃO URBANA: UMA INTEGRAÇÃO TEÓRICA ATRAVÉS DO CONCEITO DE *HAPPENING*¹

Cristiano Hamann²

Pedro de Castro Tedesco³

João Gabriel Maracci-Cardoso⁴

Fabício Viscardi⁵

Recebido em: 18/01/2013 | Aceito em: 17/06/2013

Resumo

O presente artigo busca discutir as ocupações urbanas enquanto dinâmicas de discurso que compõem significados e sentidos ao espaço público através da concepção de *happening*. Procura-se explicitar os processos dialógicos que ocorrem nessas manifestações e que contam com a contribuição de vários fatores psicológicos, culturais e históricos. Desta forma, trata-se o cenário urbano como um dos vetores que contribui para a formação das narrativas na cidade, e que nos incitam a pensar as relações de apropriação do espaço como constituição de lugares de experiência no tecido social. Esses eventos são entendidos como meios de interação em que se colocam em xeque questões como espaço coletivo e liberdade de expressão, uma espécie de espaço comunicacional fronteiro, numa construção *dialógica*. Neste sentido a *urbe* constitui-se enquanto ambiente em que se reconstruem subjetividades, em jogos de identificação e diferenciação que criam uma dinâmica de construção do *eu* e da noção do *outro*. Pensa-se nas manifestações urbanas como *happenings*, nas quais a construção da alteridade e, portanto, da identidade *relacional*, se implica com processos sociais de mais vasto alcance, ocupando um espaço comunicacional de *fronteira*.

Palavras chave: *happening*; movimentos sociais; ocupação; cidade.

MOVEMENTS OF URBAN OCCUPATION: A THEORIC INTEGRATION THROUGH THE CONCEPT OF HAPPENING

Abstract

This article discusses urban occupations as dynamics of discourse that compose meanings and senses to the public space, through the conception of happening. It seeks to explain the dialogic processes that occur in these events and that occur in these manifestations and that count on the contribution of several psychological, cultural and historical

¹ Agradecemos à PUCRS pelo financiamento do projeto: “Análise Dialógica de narrativas visuais no espaço urbano de Porto Alegre”, que gerou este artigo.

² Cristiano Hamann é graduado em História pela ULBRA/RS e acadêmico do curso de Psicologia da PUCRS. Bolsista de iniciação científica no Grupo de pesquisa “Identidades, narrativas e comunidades de prática” da mesma faculdade.

³ Pedro de Castro Tedesco é acadêmico do curso de Psicologia da PUCRS. Bolsista de iniciação científica no Grupo de pesquisa “Identidades, narrativas e comunidades de prática” da mesma faculdade.

⁴ João Gabriel Maracci-Cardoso é acadêmico do curso de Psicologia da PUCRS. Bolsista de iniciação científica no Grupo de pesquisa “Identidades, narrativas e comunidades de prática” da mesma faculdade.

⁵ Fabrício Viscardi é Psicólogo, membro do Grupo de pesquisa “Identidades, narrativas e comunidades de prática” da PUCRS.

factors. Therefore, it is the urban setting as one of the vectors that contributes to the formation of the narratives in the city, and they urge us to think about the relations of appropriation of space as creating places of experience in the social context. These events are understood as a means of interaction that put in challenge issues such as collective space and freedom of expression, a kind of communicational space frontier, in a dialogical construction. In this direction it constitutes the metropolis while rebuilding the environment in which subjectivities, in interactions of identification and differentiation that create a dynamic construction of the notion of the self and the other. It is thought of the urban manifestations as happenings, in which the construction of otherness and therefore the relational identity gets involved with social processes with more far reaching, occupying a space of communicational frontier.

Keywords: happening; social movements; occupation; city.

Introdução

Desde o ano de 2011, diversos movimentos sociais eclodiram em diferentes partes do globo, adquirindo relevante destaque em nome de sua atuação política. Mesmo apresentando uma agenda peculiar a seus contextos imediatos, tais movimentos, por apresentarem formas de luta e de solidariedade assemelhadas, tomaram a dimensão de *movimento global*. Começaram no norte da África, derrubando regimes políticos na Tunísia, Egito, Líbia e Iêmen; estenderam-se à Europa, com ocupações e greves na Espanha e Grécia, revoltas no subúrbio de Londres e ocupações na *Wall Street*, nos EUA, alcançando a Rússia no final do ano (CARNEIRO, 2012).

Em todos estes países, houve a mesma configuração de protestos: uso de redes sociais *online* para a organização e divulgação e, posteriormente, ocupação de espaços urbanos - especialmente praças -, os chamados “ocupas”, que, muitas vezes, sob a forma de acampamentos, duram dias ou até semanas (PESCHANSKI, 2012). A disseminação viral no *Facebook* e *Twitter*, para Carneiro (2012), simboliza uma oposição à mídia tradicional, que apresenta ideologia divergente aos movimentos sociais contemporâneos.

Ainda que se aponte a falta de unidade ou organicidade institucional formalmente estabelecida entre os movimentos (WALLERSTEIN, 2011) e a ausência de um plano político organizado (ALVES, 2012), é inegável a influência de tais manifestações no imaginário simbólico da população global, que passa a compreender a possível desconstrução de estruturas opressoras de poder e a se perceber como agente de tais transformações, rompendo com a usual passividade em que se percebia a população.

Em Porto Alegre, por exemplo, percebe-se a influência de tais protestos na atuação de grupos que se propõem a ocupar espaços urbanos com diferentes motivações e implicações com os temas pungentes da cidade. Na pauta dos diversos movimentos porto alegreses, constam questões de gênero e identidades sexuais não hegemônicas, críticas à desigualdade socioeconômica, temáticas ambientalistas e contestação à privatização de espaços públicos. Entre atividades de ocupação, festividades e protestos, estes grupos tentam ressignificar o espaço urbano para torná-lo, novamente, um lugar de inter-relações. Dentre eles, destacam-se *Defesa Pública da Alegria* e *RUA – Rastro Urbano de Amor*, que promovem ocupações pautadas por manifestações artísticas; *Okupa Viaduto*, com ocupações no viaduto da Avenida Borges de Medeiros todas as terças-feiras; *PortoAlegre.cc*, de cunho mais institucional, revitalizando parques no horário noturno; *Batalha do Mercado*, realizando, no último sábado de cada mês, um torneio de *hip-hop* no centro da cidade; *Marcha das Vadias*, passeata feminista anual que luta pela igualdade de gênero, *Massa Crítica*,

uma marcha de ciclistas em prol de formas alternativas de trânsito, além de manifestações baseadas na grafia urbana, como *PIXEyLUTE*, grupo de pichadores engajados em intervenções de cunho social; assim como *Maiorais* e *Insonia*, que através da pichação evidenciam fortes questões identitárias.

Estes movimentos foram mapeados a partir da pesquisa do grupo “*Identidades, narrativas e comunidades de prática*”, intitulado *Análise Dialógica de narrativas visuais no espaço urbano de Porto Alegre*. O projeto parte da investigação sobre as micro-políticas de ocupação do espaço urbano, especificamente o grafite, pichação e obras de arte – mimetizado na exposição *Cow Parade* - sendo entendidas como narrativas visuais. Para tanto, partiu-se de uma abordagem epistemológica embasada no sócio contrucionismo. Assim, a dialogia e a heterogeneidade das construções sociais passaram a ser elencadas como eixo de entendimento da realidade e inclusive orientaram a metodologia dos estudos.

Neste processo de investigação em Porto Alegre, inicialmente com foco em ocupações visuais, os objetivos da pesquisa foram identificar como grafite, pichação e arte urbana relacionam-se com as demais narrativas dos sujeitos na organização relacional/dialógica do *eu* e na construção da relação de *autoria/audiência* com o público urbano. Da mesma forma, propunha-se expor os discursos que constituem a ocupação do espaço urbano em questão. No entanto, ao longo da análise para a compreensão de como essas ocupações são construídas, e como afetam o espaço em que se constituem, surgiu a necessidade de entender o caráter efêmero, transgressor e político na relação estabelecida pelos transeuntes e os participantes ativos destas ações.

Estes exemplos de transformações ambientais provocadas pelo *modus vivendi* da sociedade contemporânea nos remetem a uma reflexão sobre como o homem opera direta e indiretamente em uma relação dialógica com o espaço que ocupa. Discorrendo sobre o tema, Corraliza (1997) aponta que as crises recorrentes do ambiente não se referem a outro que não seja o próprio homem em crise no (e com o) ambiente. É, pois, nos movimentos de ocupação do espaço que a volatilidade da construção de sentidos pode ser muito bem expressa em termos dialógicos, nos quais nada é realmente fechado, evidenciando a construção social como um processo eternamente contínuo. Desta forma, podem-se abordar diferentes aspectos e contextos da apropriação/ocupação do espaço, enfatizando seus processos dialógicos através de uma perspectiva bakhtiniana, compreendendo as ocupações urbanas como *happenings*, manifestações transgressoras que emergem no tecido urbano com forte conteúdo político.

Portanto, neste artigo procuraremos compreender alguns aspectos do funcionamento das micro-políticas de ocupação no espaço urbano de Porto Alegre. Por meio do aprofundamento dos eixos apresentados, será traçado um caminho teórico que compreende a ocupação urbana como manifestações que contam com a contribuição de vários fatores psicológicos, culturais e históricos. Esta integração teórica, entre uma perspectiva dialógica de construção do *eu* e a concepção do *happening* para entender estas manifestações urbanas, serão confrontadas com aproximações etnográficas e entrevistas realizadas pelo grupo de pesquisa *Identidades, narrativas e comunidades de prática* do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da PUCRS.

Assim, não se busca relações de causa e efeito, mas visa-se identificar os participantes deste cenário social e registrar os processos em que estes se encontram imbricados (ANGROSINO, 2009). Com a perspectiva de compreender os sujeitos pesquisados não como informantes, mas interlocutores, acaba-se por transformar a relação pesquisador e pesquisado em dialógica, trazendo como benefício a aproximação

entre os horizontes semânticos dos dois e promovendo o diálogo entre iguais (OLIVEIRA, 1996).

Cidade: espaço de fronteiras

Podemos pensar o processo de formação da identidade social urbana perpassado pela noção de apropriação do espaço em que se insere o sujeito. A inscrição de significados no espaço e no sujeito, originada da relação homem-ambiente, revela uma dinâmica que sobrepõe à ideia estagnada de introjeção do ambiente ou adaptação a este, sendo no intervalo de contato homem-ambiente onde se situa a inscrição destes significados (CORRALIZA, 1997).

Cabe, pois, para uma análise social da urbe, a explanação dos conceitos de espaço, lugar e não lugar, fundamentais para o entendimento do fenômeno observado. A noção de lugar refere-se à demarcação simbólica de espaços, atribuindo a eles, a partir de relações estabelecidas, noções de pertencimento e identidade, orientando ações sociais e sendo por essas delimitadas reflexivamente. É, para Leite (2007), um “território de subjetivação”. Não são apenas espaços, pois portam qualidades de movimento, tempo e trajetória. Também não se delimitam exclusivamente a espaços físicos, podendo ocorrer no meio virtual, como visto corriqueiramente na contemporaneidade.

O conceito de espaço, por sua vez, remete ao plano físico, podendo, ou não, ser permeado por relações que o constituam como lugar. Quando carece de relações, servindo apenas como local de trânsito e circulação, sem que haja uma interpretação simbólica de seus atributos, o espaço é entendido como um não lugar, ou seja, um espaço não identitário e não relacional. Autores como Marc Augé (1994) afirmam que a modernidade tardia é produtora de não lugares, fomentando a falta de simbolização desses espaços, designando a eles apenas o caráter de locais de passagem.

Na contramão do entendimento de Augé, os movimentos sociais, ao ocuparem espaços em forma de protesto, promovem uma nova simbolização dos mesmos, retomando a concepção de lugar, que, outrora, se mostrava em declínio. Desta maneira, entendemos que os “*ocupas*” fomentam uma apropriação não apenas física, mas também simbólica de praças e ruas, estabelecendo novas relações ao afirmar identidades no convívio entre o indivíduo, o grupo e as possibilidades de se “ser” na cidade atual.

Estas ocupações do espaço urbano geram práticas culturalmente significadas e incorporam processos de construção da identidade de todos os participantes da comunidade, ainda que com posicionamentos e vozes diferenciadas no discurso social. São estes posicionamentos e vozes de mútua consideração, efeito, mudança e continuidade, que garantem ao fenômeno a construção de significados através da incorporação e (re) produção de sentidos. Assim, as relações humanas passam a ser concebidas como *diálogos* entre diversos parâmetros e conceitualizações que juntos contribuem para a existência uma da outra através do tempo.

Estas ocupações, entendidas como *happenings*, fomentam estes jogos de identificações e diferenciações. Nesta perspectiva, o conceito de *happening* será trabalhado segundo a abordagem teórica dos filósofos Deleuze e Guattari, do historiador Paul Venye e do pintor estadunidense Allan Kaprow. Embora algumas diferenças ocorram no que se refere ao campo no qual o conceito é aplicado, há algumas constantes que os autores, de uma forma geral, utilizam ao se referirem ao *happening* principalmente no que tange

a relação temporal, o espaço e a interação entre autor/audiência na construção do evento.

Entende-se que neste processo de desenvolvimento do acontecimento, firma-se uma dinâmica de construção do *eu* e da noção dos *outros*, e em tal dinâmica, cabem cumplicidades e antagonismos, onde a construção da alteridade (e por tanto da identidade *relacional*, em relação aos *outros*), se implica com processos sociais de mais vasto alcance, ocupando um espaço comunicacional de *fronteira*. É este espaço, pois, que se acoplam uma diversidade de pontos de vista e que não fazem parte propriamente de nenhum deles, está em todos e é possível somente em relação, pois esta fronteira pressupõe sempre duas ou mais posições (vozes, maneiras de ver o mundo) em algum tipo de tensionamento. O *happening* se constituiria, pois, como experiência urbana em que estes tensionamentos se mostrariam presentes. Fomentando diálogos e ressignificações na cidade, essa concepção de acontecimento impõe a problematização do conceito autor/audiência, remetendo-nos a construção de subjetividades nos espaços da urbe.

Dentro deste contexto, a construção de subjetividades é compreendida como uma espécie de complexo jogo de construção simbólica de sentidos, sobre o sujeito em si e sobre o mundo, formulando-se como fenômeno do indivíduo e de seu lugar histórico e social (REY, 2003). Seguindo esta perspectiva, coincidimos, com Guattari (1992), que se trata de um construto plural, polifônico, cuja produção enquanto algo concreto não pode ser analisado nem no sujeito nem nas chamadas estruturas, mas sim em um contexto de retroalimentação, nas interações humanas evidenciadas nestas vivências urbanas.

Este espaço comunicacional fronteiro, que emerge no tecido urbano, se manifesta em cruzamentos, mantendo uma parte intacta, mas extremamente mesclada com a outra, o que chamamos de construção *dialógica*. Por essa característica, os movimentos sociais de ocupação do espaço colocam em xeque questões como o espaço coletivo e a liberdade de expressão. É desta forma, na relação entre pessoa e ambiente social, que o sujeito se reconhece e a partir desta interação legítima formas de intercâmbio. Neste sentido, a *urbe* constitui-se enquanto espaço em que se reconstruem subjetividades, num jogo de forças de enunciados, que se mostra na inter-relação dos sujeitos, nas suas produções e vivências, nas suas ações.

É importante notar, no entanto, que cidade é habitualmente entendida como um simples conglomerado urbano, com determinada concentração populacional, constituída de certa densidade física por sujeitos envolvidos em um modo de vida diferente do que se experencia no espaço rural. Refletindo sobre esta concepção de cidade, Heirnaux (2006) instiga-nos a pensar a ontologia da cidade contemporânea. Qual é afinal sua essência?

Segundo Heirnaux (2006), podemos pensar em três bases fundamentais para entender a urbe: seu caráter labiríntico, fugaz e fortuito. Estes fatores são compreendidos como figuras metafóricas, representando em sua instância não propriamente uma realidade atingível de forma concreta, mas um determinado *estado absoluto* da cidade. Seguindo a figura do labirinto, Heirnaux manifesta uma visão de cotidiano urbano envolto em caminhos não lineares, em um sujeito que, compreendendo a complexidade da vida contemporânea, não segue *traçados retos ou soluções irrevogáveis* (2006), mas assume sua potência adaptativa. É importante ressaltar que esse traçado irregular, de idas e vindas feitas pelos sujeitos transeuntes da cidade, se processa subjetivamente, e está intrinsecamente relacionado a capacidade de rememorar.

Denise Jodelet (2010), parafraseando Marc Augé, considera a cidade como *lugar antropológico*, e ressalta que falar de lugares de memória na cidade significa atribuir a urbe uma historicidade, na qual passado e presente se oferecem simultaneamente para os transeuntes. Estes espaços da urbe se constituem

como lugares, ou seja, sujeitos a constante produção de memórias, no processo de significação e construção da alteridade. Isso não significa que este movimento aconteça necessariamente através do apelo visual de determinados pontos da urbe, dedicados a uma memória legitimada, mas sim com espaços que assumem, por atribuição dos membros das comunidades, um caráter de apropriação para os transeuntes. Desta forma, a imagem elaborada pelos seus moradores sobre sua própria cidade mostra-se flexível e sujeita a lugares, como indica Pierre Nora, onde a “memória trabalha” (1997), são desta forma, fatores que conferem a cidade seu caráter labiríntico.

Este movimento de registrar e apoderar-se do espaço urbano, transformando-o em lugar, está intrinsecamente ligado a esta memória dos acontecimentos, no exercício de atribuição de sentido e significado aos acontecimentos vivenciados nos espaços. Os locais de circulação, de encontro, de manifestação, colocam-se como potência para o sujeito produzir a si mesmo, já que o compartilhamento de desejos, ideais, conflitos, transforma o espaço em artefato cultural, em linguagem urbana. Por conseguinte, lidamos neste processo como uma intermediação fronteira evidenciada nos movimentos de ocupação, enquanto narrativas que demonstram um indivíduo assentado entre uma identidade de massa e suas aspirações pessoais, trabalhada por Norbert Elias (1994) como uma espécie de paradoxo identitário em um contexto processual e dinâmico que é o espaço contemporâneo.

Este processo denota o caráter fugaz do labirinto urbano, evidenciando como o movimento faz parte da urbanidade. As anteriores vivências de forte tradição, de linearidade e de poucas mudanças que perderam até o século XIX, são então marcadas pela imposição de um novo ritmo, assinalado pela velocidade e efemeridade das vivências. Se compararmos, pois, a organização de uma sociedade mais simples a uma sob a égide da hipermodernidade (LIPOVETSKY, 2004), verificamos que a primeira é caracterizada por uma margem de escolha reduzida, por papéis sociais mais fixos e sem grandes chances de modificação, enquanto a segunda por uma possibilidade grande de escolhas e, conseqüentemente, de um número equivalente de alternativas não utilizadas.

Observa-se, neste sentido, a relação paradoxal entre o feito e o não feito demanda do sujeito uma capacidade de previsão das ações futuras, assim como uma maior tolerância as frustrações que emergem em curto prazo (ELIAS, 1994). Portanto, criam-se gêneros de vida cada vez mais efêmeros, baseados em encontros fugazes que não demandam *obrigações mútuas* (HIERNAUX, 2006). Como indica Bauman (2003), uma característica presente na *modernidade líquida*. Segundo o autor, este termo remete a saída de uma modernidade de caráter metafóricamente mais sólido, com papéis sociais mais estáveis e previsíveis, para um contexto social em que novas identidades, de caráter mais instável, passam a ser forjadas. Neste sentido, lidaríamos com uma reconfiguração social em que a vida se orientaria para uma constante busca de referências. O autor percebe que para o sujeito contemporâneo os meios de comunicação de massa consolidam-se como elemento importante para as composições identitárias, assim como percebe o encurtamento das distâncias e a valorização do poder de consumo, elementos manifestados no cotidiano da cidade contemporânea.

Neste processo de descoberta de uma cidade labiríntica e fugaz, nos deparamos, portanto, com seu caráter fortuito. Ainda segundo Hiernaux (2006), não se trata de supor que a cidade funcione de forma caótica, mas que está nela compreendido o encontro de pessoas com vivências e histórias distintas, podendo implicar no surgimento de algo novo. Estar na cidade é vivenciá-la como possibilidade interminável de inovações, já que *reúne uma multiplicidade de experiências humanas que, situadas em um substrato*

labiríntico, marcado pela fugacidade do que ali ocorre, permite uma situação de combinações no infinito de eventos (HIERNAUX, 2006, p. 200). O fortuito da urbe transmuta a experiência humana em um eterno recomeço, apesar dos seus elementos rotineiros. Permite o transgredir, abre espaço para pequenas subversões no cotidiano.

Neste contexto, pensamos as manifestações de ocupação na cidade como espaço para discussão de formas de subjetivação, para a constante reformulação dos modos de viver em sociedade, através do caráter fortuito, labiríntico e fugaz da experiência urbana. Em um exercício sócio histórico, percebe-se a necessidade de compreender o evento não como simplesmente *evenementielle*, mas como um acontecimento envolto em determinadas características de sua época, abarcando práticas comunicativas dinâmicas que são características de sua existência e que as situam em processos de média e longa duração.

A cidade, compreendida como local de aventura e experimentação permitirá que se entenda a ocupação do espaço público no sentido que concebe Guattari (1992), enquanto promoção de caráter estético e subjetivo, em que a produção estética diz respeito a meios de sensibilidade criadoras, e o subjetivo a constante reconstrução de modos de vida. As subversões que representam esses pequenos eventos cotidianos compreendem, portanto, meios de produção coletiva de sentido. A urbe é pensada, então, menos por seu caráter geográfico, apesar de que se compreende que este fator está imbricado na vivência urbana, e mais por potencialmente provocar experiências subjetivas (GONZALES; ESTRELLA, 2006).

Em um trabalho de caráter antropológico sobre a vivência em São Paulo, Canevacci (2004) ressalta a necessidade do estranhamento e “desenraizamento” no conhecer a cidade contemporânea. Estes fatores, segundo o autor, *permitem atingir novas possibilidades cognitivas, através de um resultado ‘sujo’, de misturas imprevisíveis e causais entre níveis racionais, perceptivos e emotivos, como unicamente a forma-cidade sabe conjugar*. Esta afirmação nos remete ao caráter polifônico e híbrido da cidade, em que a escolha do objetivo, o que justifica a procura de um transeunte, constrói seu caminhar e permite experienciar novos encontros. Perceber estes acontecimentos efêmeros da cidade como pequenos *happenings*, nos permite abarcar em um corpo de análise a efemeridade e o potencial de transformação social que estes eventos evidenciam através da ação humana.

Para Hannah Arendt (2005) tomar partido, ou agir, significa movimentar. Portanto, a ideia de ação está ligada a uma capacidade humana de exercitar o recomeço, a ressignificação simbólica do passado e do futuro. Neste âmbito, os movimentos de ocupação são entendidos com formas de partilhar e reconstruir. Lidamos com as ocupações em Porto Alegre, entendendo-as como forma de ressignificações do espaço urbano em esfera pública, utilizando o conceito de happening como forma de compreender este fenômeno de caráter efêmero, transgressor e político.

No projeto *Análise Dialógica de narrativas visuais no espaço urbano de Porto Alegre*, estas características estão presentes. Nas entrevistas, observou-se que a ocupação urbana se constitui como um possível marco de identidade não só para os sujeitos responsáveis pelas intervenções, mas sim como evento cuja repercussão se dá em âmbito social. Assim, a realização de entrevistas com interventores e público teve por objetivo coletar falas que, entendidas como discursos, colocam significados nas experiências e assim contribuem para o entendimento do que é visto nestas narrativas urbanas. Com isto foi possível identificar alguns estereótipos e outras significações tanto do processo de apropriação dos espaços quanto dos dispositivos comunicacionais que são criados a partir destas intervenções. Os espaços da cidade, nas interven-

ções, são vistos como ações de ruptura no fluxo da cidade (UGLIONI & DUARTE, 2011), que permitem a reflexão através do estranhamento. Neste sentido, estes *happenings* buscam extrapolar a indiferença do cotidiano, ressaltando a fugacidade das experiências contemporâneas e a importância da reflexão.

É importante notar também que nas premissas do *happening* com implicação artística/estética, estão as propostas de recriação, inovação, através da efemeridade de cada evento – visando, dessa forma, causar no observador uma mudança de perspectiva em relação a algum objeto ou situação. Com isso o *happening* pretende, na interação entre obra, artista e observadores, fazer com que haja a ressignificação de algo, podendo ser de algum local cotidiano, como um espaço específico, casa ou muro. Kaprow comenta que o gênero

(...) articula sonhos e atitudes coletivas. Não é abstrato ou figurativo, não é trágico nem cômico. Renova-se em cada ocasião. Toda pessoa presente a um happening participa dele. É o fim da noção de atores e público. Num happening pode-se mudar de “estado” à vontade. Cada um no seu tempo e ritmo. Não existe mais só “uma direção” como teatro ou no museu, nem mais feras atrás das grades, como no zoológico (GLUSBERG, 1987 p. 34).

Já Deleuze e Guattari (1992) utilizam a idéia de *happening* como sendo a materialização de um não estado de coisas a um estado de coisas. Isso ocorre, pois a noção temporal de um *happening* não seria linear. Os autores, ao desenvolverem o conceito, se baseiam em duas formas de tempo diferentes derivadas do sistema estóico, o tempo *Cronos* e o tempo *Aion*. O tempo *Cronos* é um tempo no qual há um estado de coisas, que são denominados de instantes. Esses instantes estão todos comprimidos formando um eterno presente e, na medida em que esses instantes começam a se desdobrar eles vão se tornando um referencial para si mesmos e para os outros, existindo, portanto, passados e futuros. Em contra partida, no tempo *Aion* os instantes não estão comprimidos, estão soltos em um não estado de coisas, existindo ao mesmo tempo tanto passados quanto futuros em um presente sempre atualizante.

Em uma ótica inspirada em Deleuze (1992), portanto, o *happening* puro está localizado no tempo *Aion*, pois é nele que ocorrem sucessivas recriações e atualizações; entretanto, o *happening* só passa a acontecer quando se materializa, ocorrendo uma adequação do tempo *Aion* ao tempo *Cronos*, ou seja, um ajuste de um não estado de coisas a um estado de coisas. De fato, Segundo Deleuze (1992, p. 202), o *happening não é de maneira nenhuma o estado das coisas, ele se atualiza num estado de coisas, num corpo, num vivido, mas ele tem uma parte sombria e secreta que não pára de subtrair ou de se acrescentar à sua atualização.*

Essa parte que escapa e que se mantém obscura é o motor criativo e atualizante do *happening*, pois é dali que uma parte acabará sempre subtraída de si mesma, permitindo que o *happening* continue, sendo caracterizado como um processo que não se acaba e se mantém através da capacidade de rememorar que o próprio espaço suscita. Essa continuidade se deve, em grande parte, ao fato de *happening* não se desprender totalmente da intensidade original que o gerou, ou seja, uma parte, aqui entendido como o cenário urbano, continua reverberando a intensidade do evento, por meio da memória coletiva.

Ao analisarmos os movimentos de ocupação em Porto Alegre, verificamos que estes se estabeleceram a partir de um plano ou diretriz a ser cumprida – acentuadamente quando o movimento de ocupação é institucionalizado. Segundo essa perspectiva, a ocupação e a sua relação com a urbe é efêmera, e por ser

efêmera é única e singular, não existindo (e nem podendo existir) outra ocupação igual. Entretanto, essa ocupação deve ser entendida como um acontecimento historicamente e socialmente contextualizado.

Criando um diálogo entre a noção de *happening* de Deleuze (1992) e a concepção histórica de Venye (1971) podemos inferir que ambas as noções possuem pontos de confluência. Como exemplo, na origem de uma ocupação, na sua concepção – advinda de questões de susceptibilidade que a cidade cria, ou seja, do potencial que seus espaços têm de oferecer experiências subjetivas – percebemos que não é um evento previsível. O seu nascimento se constitui – devido a sua imprevisibilidade e o seu caráter efêmero – como um *happening* deleuziano, como o resultado de uma adaptação dos dois tempos: quando no tempo *Aion*, com seu caráter efêmero; no tempo *Cronos*, quanto objeto de análise histórica. Nesse sentido podemos, após a sua aparição, apontar os motivos e as vicissitudes que o levaram a eclodir, visto então como um *acontecimento* por Venye.

Paul Venye (1971) compreende o *acontecimento* como um evento único e singular. Dessa forma, distingue um critério importante para a determinação, ou não, de um *acontecimento*, o critério temporal. Para ele, o que define um *acontecimento* a nível material é o seu desenrolar em um determinado espaço temporal. Com efeito, a cidade nos oferece uma gama de ocupações passadas que deixaram marcas, sendo fonte para histórias, lembranças e memórias da cidade, constituindo, portanto a própria cidade em si.

Exemplo destas marcas deixadas na memória de Porto Alegre é a figura quase mítica de Sergio José Toniolo. O pichador e ex-escrivão da Polícia Civil incorpora para muitos da cidade um exemplo de resistência e excentricidade. Toniolo conta, em entrevista recolhida por alunos da FAMECOS PUCRS, que havia se tornado pichador com o intuito de denunciar perseguições que vinha sofrendo em decorrência de não ter liberdade para escrever críticas nos jornais da cidade, referindo-se às sessões “Cartas dos Leitores” dos jornais da Capital gaúcha. Egresso do período ditatorial, Toniolo ressalta que a manifestação questionadora de um funcionário público em meios de comunicação não era permitida.

Um fato entre suas ocupações visuais nos chama especial atenção. No ano de 1984, Toniolo anunciou que iria pichar a fachada do Palácio do Piratini, sede do Governo do Estado, às 17 horas do dia 17 de janeiro. Fato previamente anunciado pelo pichador, que alegou para a imprensa da época dar uma entrevista na esquina da Assembleia Legislativa, antes da ocupação acontecer. No entanto, segundo consta no depoimento dado por Toniolo em documentário realizado por alunos da FAMECOS PUCRS, a entrevista havia sido marcada somente para despistar a atenção das forças oficiais e permitir que sua assinatura fosse pichada nos muros do Piratini. Segundo Toniolo,

Quando chegou na hora marcada sai da Igreja (...) vinha uma turma de “brigadianos”, uns sete ou oito, sei lá, pra certamente dizer que eu não podia ir pro lado do Piratini, ai eu disse – Boa tarde irmãos – ai eles certamente ficaram constrangidos e pensaram que eu era padre, ai deixaram eu passar embora estivesse com roupa normal. (...) isso é um grito contra essa falta de liberdade que tem aqui das pessoas se expressarem e o muro... eu acho que o muro é do povo (TONIOLO, 2005)

Carregando em uma sacola duas latas de spray, Toniolo inicia sua ocupação, mas é detido no momento de escrever a última letra de sua assinatura. Fotografado pela imprensa, o pichador é detido e levado para o Hospital Psiquiátrico São Pedro, do qual foge antes de ser efetivamente preso. Esse fato marcante transformou Toniolo em uma espécie de ícone e impulsionou um surto de escritos “Toniolo” pelos muros

da capital.



Figura 1: Registro fotográfico do Jornal Zero Hora, 09/06/2002, p.17

Manifestação com foco em ocupação visual, como a de Toniolo, ou em ocupações urbanas de forma geral, mantém em si uma característica importante, a necessidade de se comunicar no território e manifestar um sentimento de pertença. Na análise de Pol (1996), se explicita a necessidade do homem em demarcar o seu território e os símbolos utilizados para este propósito vêm se transformando ao longo do tempo. A demarcação do território tem como função auxiliar na orientação dos sujeitos e de preservação da sua identidade, isto tanto para si como frente aos outros. Ao detalhar o tema da apropriação, Pol (1996) retoma a premissa de que este é um processo dinâmico do sujeito com o meio externo, portanto sendo uma vivência subjetiva deste.

É através da análise das manifestações de ocupação destes espaços de Porto Alegre e seus processos de significação/interpretação coletiva, que se pode identificar como tais formas de significação relacionam-se com as demais narrativas dos sujeitos na organização relacional/dialógica do *eu*.

As trocas de experiências e o vínculo afetivo estabelecido entre os grupos de intervenção urbana mostra-se bastante forte em alguns discursos, evidenciando seu caráter identitário. Em entrevista, o pichador D. ressalta que entre os participantes

“...existe uma aproximação muito grande. Uma noite que a gente passa junto, muda tudo a amizade, a gente passa um veneno junto, passa por alguns perrengues, fugindo de polícia, momentos de perigo, é um ajudando o outro pra subir, pra descer... então, é um movimento coletivo. Isso cria um vínculo até familiar, tem muitos caras, como eu te falei, que não tem reconhecimento na família dele, mas na pichação ele vai encontrar uma família. (...) Então é realmente uma sociedade que vive a parte da sociedade comum, sociedade alternativa mesmo, com outros valores, outras hierarquias. É o lance de uma sociedade alternativa mesmo. Onde todo mundo quer ser notado, quer ser visto, então quando acontece esse reconhecimento a galera se aproxima e começa a criar uma paternidade entre

os grupos, entre as gangs, a partir do momento que haja respeito e um reconhecimento, porque é justamente isso que todo mundo busca” (D., 16 de Maio 2012)

Da mesma forma, nota-se a importância dada ao cenário urbano como espaço de comunicação e sua relação com a produção das intervenções. Quando questionado sobre o processo de produção em um ambiente público, sujeito aos olhares dos transeuntes, o pichador C., vinculado ao movimento Beco RS, indica que lhe é agradável estar sujeito às eventualidades da rua.

“Com o tempo tu vai criando, teu trampo fica mais identificável, consegue mesclar mais. Mas, quando a gente tá pintando em si, as pessoas passam e, bah, eu sou um que não pinto de fone, tem uns que botam o fone, se fecham e pintam. Eu gosto de conversar com as pessoas quando elas passam na rua, quando elas passam “bah, que bonito” “Pô, gostou, mora aqui perto”? “Uma arte para a senhora no caminho da sua casa.” Sempre tento dialogar um pouco, agradeço “Pô, valeu”. Tem gente que passa reto, tem gente que não dá bola. Eu gosto de sentir essa coisa da rua” (C., 08 de Maio de 2012)

Manifestando o caráter contemporâneo da cidade porto alegreense o pichador conhecido na capital por T., em entrevista concedida aos pesquisadores no dia 09 de Agosto de 2011, ressalta que *“Quem é da rua não tá de brincadeira mesmo, tá na rua pra mostrar que a rua é suja, a rua é limpa, a rua tem droga, a rua não tem droga, a rua tem o que tu quiseres, é só tu chegar e perguntar pra ela”*. Pensando nos momentos de intervenção vivenciados, C. também conta que seu trabalho se dá em espaço urbano por suscitar a interação com a urbanidade,

Se tu tá numa avenida movimentada ao extremo, tu, automaticamente, começa a pintar mais rápido. Já começa a pintar e cuidar, é incrível isso aí. Dependendo de onde tu tá, tu pintas de um jeito. Incrivelmente, acontece isso. Bem pelo meio que tu vive que tu vês que o ser humano vive na maneira do meio que ele tá. Se tu vives numa fazenda, tu vives naquele ritmo, se tu tá na cidade, tu vai ser isso de um passando por cima do outro. (08 de Maio de 2012)

Com referência ao agir na cidade, o pichador P., vinculado ao grupo Muralha Rubro Negra, nos demonstra compreender a interação com o espaço urbano muito vinculada à ideia de protesto, a um caráter de manifestação política e social. Em sua fala, fica evidente a compreensão de que o momento da intervenção permite que um espaço ofereça experiências subjetivas de qualidade e que esta ocupação traria consigo questões como a ilegalidade e a audácia na sua produção, sendo uma criação intimamente vinculada a vivência na urbe e aos problemas ligados a ela.

Nós acreditamos na linguagem da intervenção, (...) de intervir na realidade, chocar com ela, mexer com ela e isso só pode ser da forma ilegal. E a gente faz a citação do Ricardo Flores Magón, que é um anarquista mexicano, da revolução mexicana, junto com Zapata, ele falava que todos os avanços da humanidade, todas as conquistas foram feitas pelos ilegais do mundo, que pegaram as leis e despedaçaram. 8 horas de trabalho foi uma coisa ilegal, creche, as feiras livres que tem em Porto Alegre, insalubridade, tudo foi conquistado na forma da ilegalidade, protestando, reivindicando e a gente acredita nisso na pichação, é ilegal, isso é fundamento e uma arte que chega na etapa de provocar o êxtase, que o teatro consegue, quem tá fazendo teatro, ou um concerto de rock, de hip hop, (...) cria uma atmosfera que é única (...) O grafite que é feito com adrenalina, com audácia, a pichação que é intervenção, que é agressiva, ela é agressiva, esteticamente

ela é agressiva, ela é pontuda, ela é vertical e isso que a gente quer fazer; desacomodar.
(P., 09 de Agosto de 2011)

Considerações Finais

O debate atual, permeado pela atuação de movimentos de ocupação, compreende a rua como um espaço no qual direitos podem ser afirmados em nome da cidadania. Isto se dá em contraposição a clássica concepção do pensamento social brasileiro, que coloca a rua como um local de risco e insegurança, oposto pelas sensações de amparo e confiança promovidas pelo espaço privado, no âmbito do lar. (Leite, 2007)

É importante ressaltar neste processo a importância do Estatuto da Cidade (2001), no sentido de viabilizar um olhar que procura legitimar tais reivindicações através do Plano Diretor. De fato, o Estatuto surge com o intuito de controle da urbanização, a fim de resolver os problemas sociais que existem nestas urbes, porquanto a rápida e intensa urbanização acabou por distanciar ainda mais as classes sociais existentes e marginalizar as pessoas. Este processo remonta um contexto social e histórico de migração do campo para o meio urbano, da busca por melhores condições de trabalho, educação e acesso a bens.

Segundo o Estatuto da Cidade (2001), pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal, somente a partir da década de 1970 é que o contexto no Brasil se modificou fortemente, de rural para urbano. Essa mudança trouxe claras problemáticas para o país, visto que tal processo ocorreu de maneira bastante veloz (no decorrer de cinquenta anos 81% da população brasileira mora em áreas urbanas). O fenômeno de urbanização agravou o histórico quadro de exclusão social, trazendo à tona e com maior evidência os contextos de marginalização e de violência urbana, motivos de importante preocupação tanto para moradores e usuários como para os governos das cidades. O quadro urbano atual se configura como um dos maiores desafios do século que se inicia, tendo em vista as crescentes desigualdades e distribuição de benefícios historicamente injusta em decorrência do processo de urbanização.

As históricas reivindicações populares quanto ao direito de todos os cidadãos às cidades, articuladas com os movimentos pela reforma urbana, tiveram importante colaboração para a construção da Constituição Federal de 1988, a qual finalmente tinha o intuito de assegurar os direitos sociais e individuais. De âmbito federal, o Estatuto da Cidade (2001) tenta resolver os problemas de infraestrutura preexistentes ao surgimento da Constituição, no entanto, em caráter local o Plano Diretor das cidades toma partido. Priorizando as ações populares e as reivindicações das ações coletivas, o Plano Diretor tem um caráter democrático e popular, mesmo que, em algumas cidades, esse plano não seja respeitado. Observa-se que as prefeituras acabam, por vezes, reprimindo as ações coletivas que seriam à base de mudança e de sinalização das necessidades das cidades.

O Estatuto da Cidade (2001) estabelece a gestão democrática, garantindo a participação da população urbana em todas as decisões de interesse público. A participação popular está prevista e, através dela, as associações representativas dos vários segmentos da sociedade se envolvem em todas as etapas de construção do Plano Diretor – elaboração, implementação e avaliação – e na formulação, execução e acompanhamento dos demais planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano municipal. As novas formas de protesto, como os “ocupas”, deveriam, portanto, ser contempladas pela administração do município, e sua pauta deve ser devidamente relevada, visto que se configuram como maneiras legítimas

de contestação, manifestando-se no tecido urbano através dos *happenings* demonstrados.

Assim, as ocupações na cidade de Porto Alegre são identificadas como ações populares que intervêm no cotidiano das pessoas, transformando um determinado local em outro, que acaba por obter uma nova significação, o que leva a pensar que este tipo de intervenção transforma em certa instância o fluxo e a percepção sobre o espaço, inclusive interferindo nos julgamentos feitos sobre determinado local. Esses *happenings*, se manifestando enquanto experiências subversivas na urbe, surgem guiados por sua efemeridade e se constituem como um corpo, referenciais na memória coletiva. Sua capacidade de transformação, seu caráter político, partindo dos pressupostos do Estatuto da Cidade, mostram-se exemplos das vinculações entre as pessoas e os lugares. E, nesta concepção, fica evidente a emergência de promover espaços na urbe em que se permita oferecer experiências subjetivas de qualidade.

Referências

- ALVES, G. (2012). Ocupar Wall Street... e depois? In: Occupy [David Harvey ... et al.]; [tradução João Alexandre Peschanski ... et al.]. – São Paulo: Boitempo: Carta Maior, p. 31-38.
- ANGROSINO, M. (2009). Etnografia e observação participante. Porto Alegre: Artmed.
- ARENDT, H. (2005). A condição humana. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- AUGÉ, M. (1994). Não-Lugares – Introdução a uma antropologia da sobremodernidade, Trad., Venda Nova: Bertrand.
- BAUMAN, Z. (2003). Comunidade: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: J. Zahar Editor.
- BOURDIEU, P. (2007). O Poder Simbólico. Editora Bertrand Brasil LTDA. Rio de Janeiro.
- CANEVACCI, M. (2004). A Cidade Polifônica: ensaio sobre a antropologia da comunicação urbana. Trad.: Cecilia Prada. São Paulo: Studio Nobel.
- CARNEIRO, H. S. (2012) Rebeliões e ocupações de 2011. In: Occupy [David Harvey ... et al.]; [tradução João Alexandre Peschanski ... et al.]. – São Paulo: Boitempo: Carta Maior, p. 7-14.
- CORRALIZA, J. A. (1997). La Psicología Ambiental y los problemas medioambientales. Papeles del psicólogo (Revista del Colegio Oficial de Psicólogos, España), (67), 26-30.
- COSTA, C. (2010) Introdução à ciência da sociedade. São Paulo: Moderna.
- DELEUZE, G. (1969) *Logique du Sens*. Paris: Minuit.
- DELEUZE, G. & GUATTARI, F. (1992). *O que é filosofia*. São Paulo: Ed. 34
- ELIAS, N. (1994) A sociedade dos indivíduos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- GLUSBERG, J. (1987). A arte da performance. Editora Perspectiva, São Paulo.
- GONZALEZ R. F. (2003) Sujeito e Subjetividade. São Paulo: Thomson.
- GONZALVES, F. N.; ESTRELLA, C. (2006) Comunicação, cidades e invasões artísticas. UNIrevista - Vol. 1, nº 3.
- GUATTARI, F. (1992). Caosmose: um novo paradigma estético. Editora 34, Rio de Janeiro.
- HIERNAUX, D. (2006) Repensar a cidade: a dimensão ontológica do urbano. GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 20, pp. 197 – 205.
- JODELET, D. (2010) La memoria de los lugares urbanos. ALTERIDADES, 20 (39): Págs. 81-89.
- LEITE, J. F. & DIMENSTEIN, M. (2007). La intervención de los movimientos sociales em el área rural brasileira: cartografiando el Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST). In E. Saforcada et al. (Orgs.), Aportes de la Psicología Comunitaria a problemáticas de la actualidad latinoamericana (pp.153-166). Buenos Aires: JVE Editores.

- LIPOVETSKY, G. (2004) Os tempos hipermodernos. São Paulo: Editora Barcarolla.
- NORA, P. (1997). Les lieux de mémoire, Gallimard (col. Quarto), Paris.
- OSBORNE, H. (1974). Estética e teoria da arte. Editora Cultrix USP, São Paulo.
- PESCHANSKI, J. A. (2012) Os “ocupas” e a desigualdade econômica. In: Occupy [David Harvey ... et al.]; [tradução João Alexandre Peschanski ... et al.]. – São Paulo: Boitempo: Carta Maior, p. 27-30.
- POL, E. (1996). La apropiación del espacio. Em L. Iñiguez & E. Pol (Eds.), Cognición, representación y apropiación del espacio (pp. 45-62). Barcelona: Publicacions Universitat de Barcelona.
- TONIOLO, (2005). FAMECOS PUCRS - Laboratório de Realização II, Teccine, Porto Alegre. Entrevista cedida a MORAES, A. e PACHECO, C.
- UGLIONE, P. & DUARTE, C. (2011). Arquivos Urbanos: Memória e Identidade na Cidade. Quaderns de Psicologia, 13(1), 91-101. Disponível em <http://www.quadernsdepsicologia.cat/article/view/narticulo> Acesso em: 13 agosto 2013.
- VEYNE, P. (1971) *Comment on Écrit l'Histoire*. Paris: Seuil.
- WALLERSTEIN, I. (2012) A esquerda mundial após 2011. In: Occupy [David Harvey ... et al.]; [tradução João Alexandre Peschanski ... et al.]. – São Paulo: Boitempo: Carta Maior, p. 73-76.

